



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, DE 2018

Acrescenta o inciso V ao art. 1º da Resolução nº 42, de 1º de novembro de 2016, para acrescentar o acompanhamento do desempenho das empresas estatais federais dentre as atribuições da Instituição Fiscal Independente.

AUTORIA: Senador Roberto Muniz (PP/BA)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Acrescenta o inciso V ao art. 1º da Resolução nº 42, de 1º de novembro de 2016, para acrescentar o acompanhamento do desempenho das empresas estatais federais dentre as atribuições da Instituição Fiscal Independente.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 42, de 1º de novembro de 2016, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 1º

.....

V – instituir observatório com o intuito de acompanhar o desempenho das empresas públicas e sociedades de economia mista federais e suas subsidiárias e analisar os dados divulgados por essas entidades nos termos do art. 8º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Resolução tem o objetivo de acrescentar uma atribuição de grande relevância dentre aquelas exercidas pela Instituição Fiscal Independente (IFI): o observatório para o acompanhamento do desempenho das empresas estatais da União.

Efetivamente, o Estatuto da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016) representou um marco significativo na promoção da governança e transparência dessas entidades, ao determinar que elas promovam a divulgação de uma série de informações a respeito de suas atividades.

Não existe no ordenamento jurídico, no entanto, a previsão para que uma entidade independente promova, de forma sistemática, o acompanhamento e a avaliação desses dados. Acreditamos que a IFI pode cumprir essa função, trazendo para o Senado Federal suas análises e divulgando para toda a sociedade uma avaliação isenta a respeito do papel que é desempenhado, continuamente, pelas empresas estatais. A medida deve enriquecer o debate quanto à função social e econômica de cada empresa pública e de cada sociedade de economia mista federal, promovendo, de forma permanente, um escrutínio sobre o atendimento do interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional que tenha justificado sua criação.

Nesses termos, e com esse objetivo, contamos com a aprovação dessa proposição no Senado Federal.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO MUNIZ**

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais - 13303/16
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2016;13303>
 - artigo 8º
- urn:lex:br:federal:resolucao:2016;42
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2016;42>
 - artigo 1º